



## XIV SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Inteligência Artificial: A Nova Fronteira da Ciência Brasileira

07 a 12 de dezembro de 2020

ISSN 2594-8237

# A CONTRIBUIÇÃO DA ETNOMATEMÁTICA NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS DO MUNICÍPIO DE ITACOATIARA/AM

Maria do Socorro Lopes da Silva<sup>1</sup>, Verônica Tavares Barbosa<sup>2</sup> e Maria de Nazaré Leal Nogueira<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Universidade do Estado do Amazonas - UEA  
Rua Mário Andreazza – 2260 – São Francisco – Itacoatiara/AM.

<sup>2</sup>Universidade do Estado do Amazonas - UEA  
Rua Mário Andreazza – 2260 – São Francisco – Itacoatiara/AM.

<sup>3</sup>Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino – SEDUC/AM  
Rua Waldomiro Lustoza – 250 – Japiim II.

*socorro.10.lopes@hotmail.com, veronik.barbosa@hotmail.com e naza.leal27@hotmail.com.*

**Resumo:** Esta pesquisa pretende contribuir para o debate sobre a formação de professores indígenas inseridos nas séries iniciais do ensino fundamental, tal proposta foi articulada com base teórica na Etnomatemática de Ubiratan D' Ambrósio. O objetivo desta investigação foi analisar as contribuições da etnomatemática na formação dos professores indígenas do município de Itacoatiara – Amazonas. Assim, o trabalho foi desenvolvido na Escola Municipal Adriano Maximino, localizada na Reserva Indígena do Rio Urubu do referido município, tendo como público alvo quinze (15) professores indígenas formados pelo Projeto Pira-Yawara, promovido pela SEDUC/AM. A tipologia da pesquisa possuiu caráter qualitativo e quantitativo através do método estudo de caso, e os resultados satisfazem os objetivos propostos.

**Palavras-Chave:** Etnomatemática. Professores Indígenas. Formação de professores.

## 1. INTRODUÇÃO

A matemática é vista como o bicho papão entre todas as disciplinas por ser difícil e complicada tanto no que se refere às dificuldades de compreensão do conteúdo acadêmico quanto na interação desta ciência com os aspectos culturais e sociais presente no cotidiano da sociedade. Ao restringirmos essa abordagem as aldeias, essa configuração muda, pois o processo de ensinar e aprender possui muitas variáveis.

Sabemos que o professor, por muitas vezes, é visto como detentor do conhecimento dentro dos ambientes escolares, porém quando se trata do ensino da matemática dentro das aldeias indígenas, muitos destes professores, não possuem formação acadêmica em nível superior, e/ou na área específica da matemática. Partindo dessa reflexão, se faz necessária uma formação adequada para aquele que interligará os saberes.

Nessa perspectiva, a adoção da etnomatemática na formação dos professores indígenas pode contribuir no ato de ensinar a matemática, pois ela envolve os conhecimentos prévios



## XIV SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Inteligência Artificial: A Nova Fronteira da Ciência Brasileira

07 a 12 de dezembro de 2020

ISSN 2594-8237

adquiridos pelo exercício de suas atividades rotineiras, como por exemplo, o cultivo das roças, a pesca, a confecção de peças artesanais entre outros, além de envolver a diversidade cultural de cada povo, conforme dispõe D' Ambrósio (1999, p. 35) “[...] as matemáticas praticadas pelas distintas culturas e povos diferentes nas várias épocas da história, e por muitos, hoje praticadas, são etnomatemáticas [...]”. Tais fatos podem e devem ser inseridos dentro das salas de aula, porém o professor precisa ser capaz de inseri-los de forma contextualizada. Neste sentido, de que maneira a etnomatemática pode contribuir na formação do professor indígena do município de Itacoatiara/AM na utilização do meio cultural a sua prática docente?

A etnomatemática é uma temática que surge para auxiliar tanto na formação quanto na prática docente dos professores durante todo o processo ensino e aprendizagem, inclusive no ensino da matemática. É sabido que a Matemática é bastante complexa devido a gama de leis, axiomas e métodos envolvidos, esse formalismo precisa ser compreendido por aqueles que vão ministrar os assuntos dentro das salas de aula, por isso se faz necessário à formação continuada dos professores, principalmente no tocante aos professores indígenas.

Neste sentido, os dispositivos legais que regem a educação orientam que o Poder Público deve promover e oferecer cursos que capacitem os profissionais da educação, inclusive os professores indígenas. Nessa perspectiva podemos citar como exemplo o curso de Magistério Indígena oferecido pela Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino do Estado do Amazonas (SEDUC) através da Gerência de Educação Escolar Indígena (GEEI), que visa qualificar e inserir o professor indígena nesse novo contexto, considerando as especificidades étnicas dos grupos indígenas.

Assim, a SEDUC do Estado do Amazonas incluiu no Plano Estadual de Educação um subprograma de educação escolar indígena, intitulado PIRA-YAWARA e, através da Portaria Nº 1176, de 23 de maio de 1991, delegou ao Instituto de Educação Rural do Amazonas - IER-AM, órgão que lhe foi vinculado até 31 de dezembro de 1998, a execução de uma proposta educativa que atendesse aos anseios e necessidades das comunidades indígenas no Estado.

Ressaltando ainda que a partir do ano de 2004 foram demarcadas as terras indígenas no município de Itacoatiara, esse evento possibilitou a construção de escolas dentro das reservas, porém não havia professores indígenas qualificados para atuarem nessas escolas. Os professores indígenas eram escolhidos pela própria comunidade e muitas vezes não possuíam escolaridade para exercerem tal função. Todavia, esse panorama sofreu modificações, e no ano de 2017 formou-se a primeira turma de professores indígenas do curso de Magistério Indígena (Projeto PIRA-YAWARA).

Portanto, a adoção da etnomatemática como modelo pedagógico possibilitará a abertura de um leque de ações que visa alcançar os objetivos da educação, principalmente à educação indígena. O planejamento a ser seguido para aplicar a etnomatemática precisa considerar o saber popular e cultural tanto do professor quanto do aluno indígena, seu modo de vida, de pensar e meios de produção, assim tanto o professor quanto o aluno terão uma



## XIV SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Inteligência Artificial: A Nova Fronteira da Ciência Brasileira

07 a 12 de dezembro de 2020

ISSN 2594-8237

melhor compreensão dos conteúdos escolares, o que reflete positivamente em seus rendimentos e na qualidade do ensino.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 A CONTRIBUIÇÃO DA ETNOMATEMÁTICA NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS.

As políticas educacionais voltadas para a educação indígena têm sua expressão na Constituição Federativa do Brasil de 1988, especificamente, no Capítulo III, artigo 210 que assegura aos índios a formação básica comum e o respeito aos seus valores culturais e artísticos. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, fica assegurado, às comunidades indígenas, o direito à educação escolar, cujo objetivo é fortalecer as práticas culturais e a língua materna.

Esta nova ótica para a causa indígena tem fundamento nos movimentos não governamentais que surgiram nos anos de 1980 e 1990 e que trouxeram à cena nacional os debates sobre a educação, a questão cultural e a autonomia dos povos indígenas. Um dos aspectos discutidos diz respeito à formação de professores indígenas, considerando que essa formação é fundamental para a preservação dos repertórios culturais das comunidades indígenas. A década de 1990 marcou um período em que foram desenvolvidos projetos sobre a educação do índio e sobre a formação de professores indígenas.

Na formação histórica da sociedade brasileira em geral, e da sociedade amazonense, em particular, a educação escolar indígena tem permanecido como um desafio sem resposta. Por força do Decreto Presidencial nº 26, de 04 de fevereiro de 1991 e foi conferida ao Ministério da Educação e às Secretarias de Educação dos Estados e Municípios a responsabilidade de coordenar um processo educativo que preserve e respeite os costumes, as tradições e as línguas dos povos indígenas.

Mais recentemente, a Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seus artigos 78 e 79, definem os objetivos da Educação Escolar Indígena e as ações para o provimento da educação intercultural às comunidades indígenas. Integrando-se aos dispositivos legais e às diretrizes para a Política de Educação Escolar Indígena e pretendendo responder à prioridade atribuída ao ensino, com ênfase nas séries iniciais, a SEDUC/AM elaborou o PROJETO PIRA-YAWARA, em que um dos Programas é a formação de professores indígenas.

Segundo Fleuri (1998, p. 3):

O horizonte da educação intercultural. Quando se apresenta nas narrativas das escolas indígenas a ideia de competência e habilidades, parecem estar relacionadas à necessidade de contextualizar os conhecimentos trabalhados em sala de maneira que os alunos tenham competência a partir das habilidades desenvolvidas para aplicar estes conhecimentos no seu dia a dia, na aldeia e na relação com a sociedade em torno (Fleuri, 1998, p. 3).



## XIV SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Inteligência Artificial: A Nova Fronteira da Ciência Brasileira

07 a 12 de dezembro de 2020

ISSN 2594-8237

Como bem coloca Fleuri (1998) a ideia de competência e habilidade do professor, de criar e de coletivizar representações da realidade, de trabalhar com o cotidiano de seus alunos que resultam na busca constante das formas ou objetos matemáticos em suas formas de vida.

### 3. MATERIAL E MÉTODO

A pesquisa foi realizada na Reserva Indígena do Rio Urubu, na Comunidade São José II, localizada no município de Itacoatiara – Amazonas. Esta Reserva possui onze (11) escolas com 304 alunos matriculados e 15 professores indígenas ativos.

O público alvo da pesquisa foram os quinze (15) professores indígenas formados em 2017 no Curso de Magistério PIRA-YAWARA promovidos pela SEDUC/AM. Ressaltamos que estes professores estão distribuídos entre as onze escolas da Reserva, no entanto, os encontros com os professores indígenas ocorreram na Escola Municipal Adriano Maximino, a qual foi chamada de Escola- Polo.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a tipologia da pesquisa possuiu caráter qualitativo e quantitativo através de um estudo de caso.

Para alcançar os dados da pesquisa, foi realizado um estudo de caso, obedecendo as seguintes fases: I- Observação e entrevista prévia com professores indígenas (apêndice A); II – Aplicação da Intervenção pedagógica (delimitação do assunto matemático trabalhado na pesquisa tanto na língua portuguesa quanto na língua materna indígena Nheengatu); III - Aplicação do questionário final (apêndice B). Após a realização das etapas, foi feito a análise dos dados.

### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### *Fase I (entrevista preliminar)*

Nesta fase buscamos identificar o perfil do professor indígena, sua formação, tempo de atuação, a modalidade de ensino que atua e as metodologias que esses profissionais adotam para ensinar a matemática acadêmica no contexto dos alunos indígenas, os dados foram obtidos através da elaboração de um questionário preliminar.

Tabela 1 – Dados coletados durante a entrevista

Nome	Sexo	Formação acadêmica	Atuação profissional	Tempo de atuação	Modalidade da atuação
P1	F	Ensino Médio – Magistério Indígena.	Professor Indígena.	9 anos	Ensino Fundamental I – 1° ao 5° ano.
P2	M	Ensino Médio – Magistério Indígena.	Professor Indígena.	9 anos	Ensino Fundamental I – 1° ao 5° ano.



## XIV SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Inteligência Artificial: A Nova Fronteira da Ciência Brasileira

07 a 12 de dezembro de 2020

ISSN 2594-8237

<b>P3</b>	F	Ensino Médio – Magistério Indígena.	Professor Indígena.	9 anos	Ensino Fundamental I – 1° ao 5° ano.
<b>P4</b>	F	Ensino Médio – Magistério Indígena.	Professor Indígena.	9 anos	Ensino Fundamental I – 1° ao 5° ano.
<b>P5</b>	M	Ensino Médio – Magistério Indígena.	Professor Indígena.	9 anos	Ensino Fundamental I – 1° ao 5° ano.
<b>P6</b>	M	Ensino Médio – Magistério Indígena.	Professor Indígena.	9 anos	Ensino Fundamental I – 1° ao 5° ano.
<b>P7</b>	F	Ensino Médio – Magistério Indígena.	Professor Indígena.	9 anos	Ensino Fundamental I – 1° ao 5° ano.
<b>P8</b>	M	Ensino Médio – Magistério Indígena.	Professor Indígena.	9 anos	Ensino Fundamental I – 1° ao 5° ano.
<b>P9</b>	F	Ensino Médio – Magistério Indígena.	Professor Indígena.	9 anos	Ensino Fundamental I – 1° ao 5° ano.
<b>P10</b>	M	Ensino Médio – Magistério Indígena.	Professor Indígena.	9 anos	Ensino Fundamental I – 1° ao 5° ano.
<b>P11</b>	M	Ensino Médio – Magistério Indígena.	Professor Indígena.	9 anos	Ensino Fundamental I – 1° ao 5° ano.
<b>P12</b>	F	Ensino Médio – Magistério Indígena.	Professor Indígena.	9 anos	Ensino Fundamental I – 1° ao 5° ano.
<b>P13</b>	F	Ensino Médio – Magistério Indígena.	Professor Indígena.	9 anos	Ensino Fundamental I



## XIV SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Inteligência Artificial: A Nova Fronteira da Ciência Brasileira

07 a 12 de dezembro de 2020

ISSN 2594-8237

						– 1° ao 5° ano.
<b>P14</b>	F	Ensino Médio – Magistério Indígena.	Professor Indígena.	9 anos	Ensino Fundamental I – 1° ao 5° ano.	
<b>P15</b>	F	Ensino Médio – Magistério Indígena.	Professor Indígena.	9 anos	Ensino Fundamental I – 1° ao 5° ano.	

Fonte: Os autores (2019).

Essas informações nos permitiu a visualização mais clara das dificuldades encontradas pelos professores indígenas no exercício de sua prática docente. Assim, durante esta ação houve alguns relatos que chamaram a atenção, pois como há a necessidade de trabalhar todo o currículo escolar, muitos professores mostraram que não conseguem abordar o Nheengatu da maneira necessária e eficaz, ou seja, acabam ministrando os assuntos acadêmicos somente na língua portuguesa, conforme os alguns comentários selecionados:

[...] Eu nunca trabalhei nossa língua-mãe porque tenho dificuldades na leitura correta de algumas palavras (P12).

[...] Eu sei algumas coisas sobre a matemática e seus assuntos em Nheengatu, mas o tempo é curto demais para trabalhar detalhadamente tudo (P3).

[...] Eu não trabalho os temas da Matemática em Nheengatu porque os alunos sentem muitas dificuldades na escrita e na pronúncia, e aí acaba que fica melhor em português mesmo (P15).

Este cenário mostra quão importante é o planejamento de oficinas que utilize a língua Nheengatu tanto para os professores quanto para os alunos indígenas, a adoção de novas metodologias – como a etnomatemática, por exemplo – também proporcionam o desenvolvimento de uma nova mentalidade em ambas as partes, pois não se pode deixar a riqueza da cultura indígena fora das salas de aulas, principalmente quando estas escolas encontram-se inseridas dentro das Reservas dos povos indígenas.

### ***Fase II (Estudo dos números na Língua Nheengatu).***

Esta fase da investigação referiu-se à intervenção pedagógica, onde foi apresentada aos professores indígenas a nomenclatura dos números cardinais e ordinais, porém na língua materna indígena *Nheengatu*. Assim, para dinamizar a ação foi solicitado aos envolvidos que se dividissem em equipes para que as atividades práticas fluíssem de forma mais dinâmica. Foi explanado ainda sobre a importância de envolver o recurso etnomatemático nas aulas de matemática e na formação daqueles que levam esse conhecimento para as salas de aula.

A importância deste ato foi à inclusão e uso da identidade do povo indígena para trabalhar a matemática na formação destes professores. Tal fato imprime o conceito e visão da etnomatemática que nos mostra que a matemática está presente em todas as atividades rotineiras do homem, independente da sua etnia, idioma ou cultura. Neste sentido foi trabalhada a escrita e a pronúncia correta dos números.





## XIV SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Inteligência Artificial: A Nova Fronteira da Ciência Brasileira

07 a 12 de dezembro de 2020

ISSN 2594-8237

Os números trabalhados compreenderam do 1 ao 10, na forma cardinal e ordinal já na língua nheengatu, posteriormente foram trabalhadas as simbologias e leitura dos números na língua materna indígena, pois são diferentes dos números indo-arábicos, conforme apresentado a seguir.

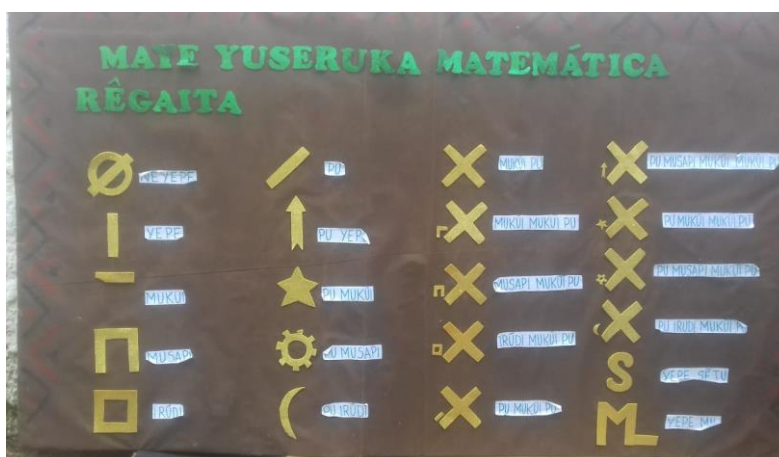
Tabela 2 – Os números na Língua Nheengatu

Numeral	Cardinal	Ordinal
Um	Yepé	yepesawa
Dois	Muküi	muküisawa
Três	Musapiri	musapisisawa
Quatro	Irundí	irundisawa
Cinco	Yepepú	yepepusawa
Seis	Puyepé	puyepesawa
Sete	Pumuküi	pumuküisawa
Oito	Pumusapiri	pumusapisisawa
Nove	Puirundí	puirundisawa
Dez	muküipú, pupu	muküipusawa, pupusawa

Fonte: NAVARRO (2013).

Painel confeccionado pelos professores indígenas envolvidos na pesquisa com a simbologia dos números em Nheengatu.

Figura 1 – Painel com números em Nheengatu



Fonte: Os autores (2019).



## XIV SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Inteligência Artificial: A Nova Fronteira da Ciência Brasileira

07 a 12 de dezembro de 2020

ISSN 2594-8237

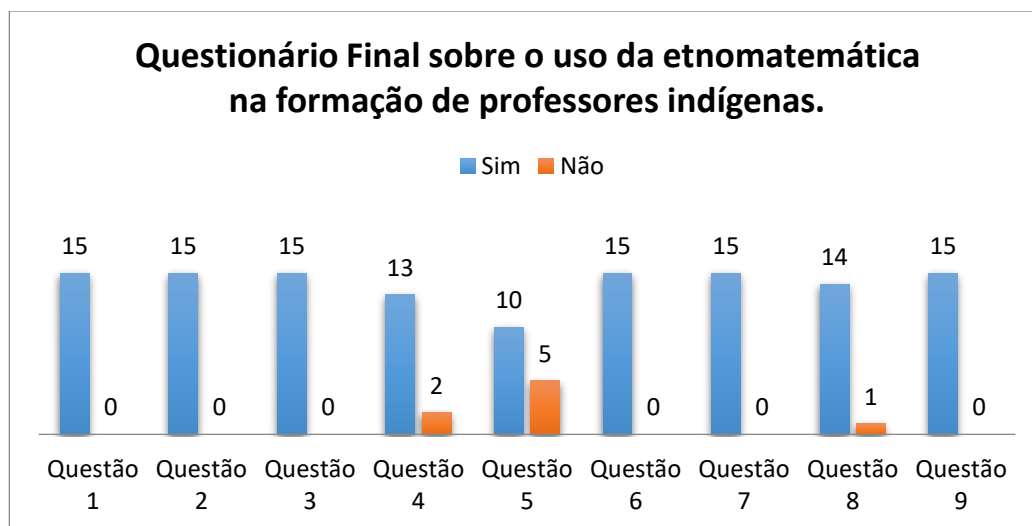
As oficinas foram bastante produtivas e contou com a participação de todos os professores do projeto PIRA-YAWARA. Os professores indígenas já conheciam a língua Nheengatu, no entanto, a língua mais utilizada durante a ministração de suas aulas ainda é a Portuguesa. E quanto à disciplina de matemática, eles relataram que não a trabalham com frequência no Nheengatu, talvez por esse motivo tenham apresentado algumas dificuldades quanto ao reconhecimento na escrita e pronúncia dos conceitos trabalhados.

Neste contexto, buscou-se mostrar aos professores indígenas que eles possuem um conhecimento étnico riquíssimo e cabe a eles relacioná-los com a matemática acadêmica, assim estarão realizando uma leitura de mundo mais completa e profunda, além de proporcionar a seus alunos um ambiente efetivo para a aquisição do conhecimento.

### *Fase III (questionário final)*

Na última fase desta pesquisa foi elaborado um questionário final contendo dez (10) questões e aplicado aos professores indígenas formados no curso PIRA-YAWARA. O questionário continha perguntas abertas e fechadas no intuito de visualizar melhor o posicionamento dos professores e suas concepções sobre o uso da Etnomatemática no processo de ensino e aprendizagem e na sua formação docente.

Gráfico 1 – Resultados e análise do questionário final



FONTE: Os autores (2019).

Os dados do gráfico 1 mostram que as questões 1, 2, 3, 6, 7 e 9 tiveram respostas 100% positivas e unânimes entre os professores indígenas, ou seja, as concepções da etnomatemática em tornar a matemática algo vivo (D' AMBRÓSIO, 2004) atendeu aos anseios destes profissionais, uma vez que poderão inserir nas suas aulas uma nova forma de ensinar e aprender matemática. Este fato demonstra que não é impossível intercalar as culturas dentro das salas de aula, na verdade o necessário é ter um planejamento coeso com a realidade dos alunos e isso facilita à didática e a aprendizagem.





## XIV SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Inteligência Artificial: A Nova Fronteira da Ciência Brasileira

07 a 12 de dezembro de 2020

ISSN 2594-8237

Quanto às demais questões tiveram percentuais variados, por exemplo, a quarta questão teve 86,67% de aprovação quanto à utilização da etnomatemática e 13,33% de rejeição. A justificativa para esse percentual de 13,33% é de que os alunos resistem aos novos métodos de ensino, o que é visto pelos professores como falta de interesse e a latente dificuldade de aprender matemática. Já na quinta questão, alguns professores requereram novas formações para melhor familiarização e aperfeiçoamento das técnicas da etnomatemática, por esse motivo o percentual mais expressivo ficou com 66,67% e o com menos expressão percentil com 33,33%. E no que se refere ao oitavo quesito, à maioria dos professores indígenas se mostraram confiantes com o uso da proposta etnomatemática alcançado assim 93,33% dos envolvidos, no entanto, os outros 6,67% dos professores indígenas disseram que a junção de outros métodos junto à etnomatemática seria mais eficaz.

Com relação à questão 10 do questionário, os professores indígenas mostraram-se satisfeitos com a oficina sobre os números em *Nheengatu*, relataram ainda a necessidade de que a ação seja realizada periodicamente, no entanto abordando novos conceitos matemáticos contextualizados a cultura indígena. Desta forma estariam inseridos nas discussões sobre os contextos e temáticas para tornar o ensino eficiente e a aprendizagem efetiva.

Os resultados obtidos satisfazem os objetivos determinados durante a pesquisa, visto que os professores indígenas se sentiram à vontade em trabalhar com a Etnomatemática como nova forma de ensinar matemática aos seus alunos. Esse enfoque é de suma importância, pois os professores e alunos indígenas precisam estar incluídos e inseridos na sociedade, mas sem perder sua identidade étnica.

### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos a aprendizagem de construção deste projeto pedagógico, fruto da pesquisa de campo sobre a formação de professores indígenas inseridos nas escolas de ensino fundamental I, na Reserva Indígena do Rio Urubu, localizada no município de Itacoatiara – AM.

Os professores indígenas são indivíduos eleitos por seus grupos étnicos para participarem de cursos de capacitação docente com o intuito de atuarem como professores dentro das Reservas Indígenas. Estes profissionais estão capacitados a abordarem em suas aulas os conhecimentos étnicos da cultura indígena relacionando-os ao conhecimento acadêmico das diversas ciências, principalmente da Matemática. De maneira mais suscita, são capazes de intercalar as culturas e os saberes, conhecem e vivem nas Reservas, detêm valores culturais importantes, que devem ser transmitidos na escola.

A etnomatemática vem como proposta para alicerçar esses saberes, pois é um grande desafio fazê-lo, visto que há uma acomodação quanto à perspectiva de inserção das novas formas de ensinar, principalmente a matemática. A etnomatemática definida por Ubiratan D' Ambrósio é uma dessas novas metodologias que propõe o ensino da matemática utilizando suas diversas formas de aparição na vida social dos indivíduos, ou seja, a matemática não se restringe somente ao ensino acadêmico, ela está presente em todas as atividades humanas



## XIV SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Inteligência Artificial: A Nova Fronteira da Ciência Brasileira

07 a 12 de dezembro de 2020

ISSN 2594-8237

desde os meios de produção, alimentação, moradia até a leitura de mundo e do Universo no qual vivemos.

Portanto, a formação destes professores indígenas deve possuir características peculiares da sua cultura, sua etnia além de trazer novas ferramentas que o possibilite utilizar durante suas aulas, tornando-a interessante, motivadora e rica. Esses professores precisam ter contato com as discussões sobre a educação e seus objetivos previstos nos dispositivos legais que a regem, e assim poder contribuir para sua melhoria.

### REFERÊNCIA

**A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus / org.** Aracy Lopes da Silva e Luís Donisete Benzi Grupioni - Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF; Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

**Decreto Presidencial nº 26**, de 04 de fevereiro de 1991 e foi conferida ao Ministério da Educação.

**Diretrizes para a Educação Indígena no Estado do Amazonas**. Manaus, IER-AM, 1991.

**Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena**. 2ª edição, Brasília, MEC/SEF/DPEF, 1994.

D'AMBROSIO, U. (2004). **Etnomatemática e Educação**. In Knijnik, G., Wanderer, F. & Oliveira, C. J. **Etnomatemática: currículo e formação de professores (pp. 39-52)**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

FLEURI, R. M. **Intercultura e Movimentos Sociais**. 1 ed. Florianópolis: NUP/MOVER/UFSC, 1998. 216p.

NAVARRO, E. A. **Dicionário de Tupi Antigo. A Língua Indígena Clássica do Brasil**. São Paulo, Editora Global, 2013.

SILVA, Aracy Lopes da. **A questão da educação indígena**. São Paulo: Brasiliense, 1981. Cap.: A filosofia e a pedagogia da educação Indígena: um resumo dos debates.